



SERVIÇO DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO – DSI

O SEU BOLETIM INFORMATIVO

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do *Diário da Justiça no período de
01 a 31 março para cadastro na base da Biblioteca

**DIÁRIO DA JUSTIÇA

Edição nº 7783/2024 - Terça-feira, 5 de Março de 2024. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1093/2024-GP, DE 04 DE MARÇO DE 2024 -Institui o Comitê de Equidade e Diversidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Edição nº 7784/2024 - Quarta-feira, 6 de Março de 2024. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1106/2024-GP, DE 05 DE MARÇO DE 2024 -Dispõe sobre reavaliação da situação de acolhimento familiar ou institucional de crianças e adolescentes no âmbito do estado do Pará.

Edição nº 7785/2024 - Quinta-feira, 7 de Março de 2024. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1132/2024-GP, DE 6 DE MARÇO DE 2024 -Art. 1º Fica incluído aos feriados do ano de 2024, definidos através Portaria nº 4700/2023-GP, de 1º de novembro de 2023, o dia 20 de novembro de 2024, no qual não haverá expediente no Poder Judiciário do Estado do Pará.

Edição nº 7789/2024 - Terça-feira, 12 de Março de 2024. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 1212/2024-GP. DE 11 DE MARÇO DE 2024 -Altera a Portaria nº 1093/2024-GP, de 04 de março de 2024, que instituiu o Comitê de Equidade e Diversidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.





LEGISLAÇÃO SELECIONADA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Nº 35.731 - Segunda-feira, 04 DE MARÇO DE 2024. [Clique aqui](#)

LEI Nº 10.402, DE 1º DE MARÇO DE 2024 - Declara como patrimônio histórico-cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Policiamento com Búfalos, realizado no Município de Soure, na Ilha do Marajó.

LEI Nº 10.403, DE 1º DE MARÇO DE 2024 - Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Festejo de Santo Antônio, padroeiro do Município de Itupiranga.

LEI Nº 10.404, DE 1º DE MARÇO DE 2024 - Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Associação Quilombola do Espírito Santo do Itá, no Município de Santa Izabel.

LEI Nº 10.405, DE 1º DE MARÇO DE 2024 - Declara como patrimônio cultural e artístico de natureza imaterial do Estado do Pará, a obra musical de Augusto Gomes Rodrigues, o Mestre Verequete.

LEI Nº 10.406, DE 1º DE MARÇO DE 2024 - Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Nº 35.740 - Segunda-feira, 11 DE MARÇO DE 2024. [Clique aqui](#)

LEI Nº 10.407, DE 8 DE MARÇO DE 2024 - Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Praia do Pedral, no Município de São Félix do Xingu.

Nº 35.742 Terça-feira, 12 DE MARÇO DE 2024. [Clique aqui](#)

LEI Nº 10.408, DE 11 DE MARÇO DE 2024 - Dispõe sobre a garantia da matrícula dos dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos estabelecimentos da rede estadual de ensino mais próximo de seu domicílio.

LEI Nº 10.409, DE 11 DE MARÇO DE 2024 - Proíbe a doação ou venda de animais domésticos para quem praticou crime de violência ou maus tratos, no âmbito do Estado do Pará.

Nº 35.749 Terça-feira, 19 DE MARÇO DE 2024. [Clique aqui](#)

LEI Nº 10.423, DE 18 DE MARÇO DE 2024 - Dispõe sobre o direito do consumidor de ser informado, em tempo real, pelas operadoras de telefonia móvel, sobre a redução da velocidade de conexão à internet.

LEI Nº 10.424, DE 18 DE MARÇO DE 2024 - Determina a realização periódica por autovistoria, a ser realizada pelos condomínios ou por proprietários dos prédios residenciais, comerciais e pelo Poder Público, nos prédios públicos, incluindo estruturas, fachadas, empenas, marquises, telhados e obras de contenção de encostas bem como todas as suas instalações e cria Laudo Técnico de Vistoria Predial (LTVP) no Estado do Pará.



LEGISLAÇÃO SELECIONADA

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 14.825, de 20.3.2024 - Altera a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para garantir a eficácia dos negócios jurídicos relativos a imóveis em cuja matrícula inexista averbação, mediante decisão judicial, de qualquer tipo de constrição judicial. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.826, de 20.3.2024 - Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.828, de 20.3.2024 - Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para ampliar o âmbito do planejamento e da execução das ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.833, de 27.3.2024 - Acrescenta parágrafo único ao art. 499 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para conferir ao réu a oportunidade de cumprir a tutela específica em caso de requerimento de sua conversão em perdas e danos. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.955, de 19.3.2024 - Cria a Secretaria Extraordinária para a COP30, aprova o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.824, de 20.3.2024 - Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.958, de 21.3.2024 - Cria a Reserva Extrativista Viriandeua, localizada nos Municípios de Salinópolis e São João de Pirabas, Estado do Pará. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.959, de 21.3.2024 - Cria a Reserva Extrativista Filhos do Mangue, localizada nos Municípios de Primavera e Quatipuru, Estado do Pará. [Clique aqui](#)



NOTÍCIAS SELECIONADAS

MPPA

MPPA obtém registro de nascimento tardio de homem de 28 anos. [Leia mais](#)

Promotoria de Justiça da Infância e Juventude realiza reunião com SEDUC para tratar sobre o combate à evasão escolar. [Leia mais](#)

TCE

TCE-PA promove diálogo interinstitucional sobre o Marajó. [Leia mais](#)

TCE-PA promove lançamento do livro “Análise da Súmula 347 do STF à Luz da CF/1988 – A atuação dos Tribunais de Contas no controle de Constitucionalidade”. [Leia mais](#)

STF

STF celebra 200 anos de constitucionalismo no Brasil. [Leia mais](#)

STF define que segurado não pode escolher cálculo mais benéfico para benefício da Previdência. [Leia mais](#)

STJ

Obra de Niemeyer, sede do STJ pode ser explorada em visita virtual 360 graus. [Leia mais](#)

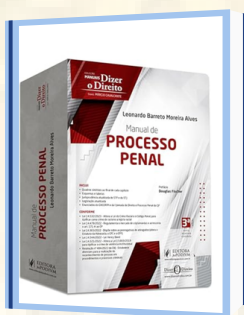
Conexão Cidadã oferece novos cursos on-line gratuitos para o público. [Leia mais](#)

Informativo de Jurisprudência destaca prazo de prisão do devedor de alimentos e apresentação do réu em plenário com traje civil. [Leia mais](#)

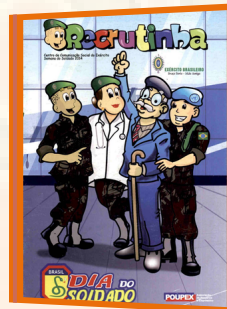
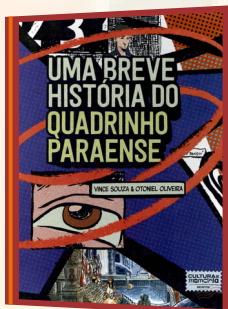


OBRAS DISPONÍVEIS NO ACERVO DA BIBLIOTECA

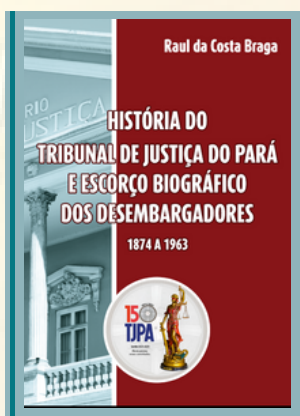
ACERVO JURÍDICO



ACERVO PROJETO LEITURA LIVRE

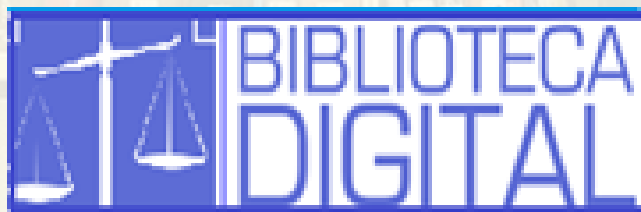


PUBLICAÇÃO INSTITUCIONAL



ACERVO DIGITAL

BIBLIOTECA DIGITAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (BDTJPA)



PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO



REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE / BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE[®]



ACESSE O SITE DA BIBLIOTECA, NO PORTAL INTERNO/EXTERNO, CLIQUE NA ABA BIBLIOTECA DIGITAL





PODER JUDICIÁRIO

**Tribunal de Justiça
do Estado do Pará**



**Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY**

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização:

Serviço de Referência Bibliográfica
Josiane de Oliveira Neves – Analista Judiciário
Bibliotecária- CRB-2/1.210

Revisão:

Elaine Ribeiro – Chefe da Divisão de Biblioteca
Felicidade de Fátima Silva- Assistente - DDI

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

EDIÇÃO DE MARÇO DE 2024